

PESSOA, Fernando (2023). *Envelopes Filosóficos: Filosofia & Heteronímia*. (Coordenação científica, introdução, posfácio e seleção Nuno Ribeiro, Cláudia Souza, Paulo Borges, Maria Celeste Natário), Porto: Instituto de Filosofia e U. Porto Press (Universidade do Porto), 189p.

Luís G. Soto¹ , Miguel Ángel Martínez Quintanar¹ 
¹Universidade de Santiago de Compostela, España

Recebido: 23/11/2024; Aceito: 13/05/2025

No “Prefácio” a professora e investigadora Maria Celeste Natário (p. 15) explica que os textos recolhidos neste livro são inéditos da autoria de Fernando Pessoa. A finalidade de publicá-los é contribuir a recolocar a obra pessoana na Filosofia: “É este o espaço, por excelência, onde o seu pensamento se inscreve” (p. 15).

A “Introdução” dos investigadores Nuno Ribeiro e Cláudia Souza (pp. 17-42) é uma análise em pormenor de cada um dos textos publicados nesta edição e a sua íntima relação com o projeto artístico-especulativo pessoano da heteronomia. Para ajudar os especialistas em filosofia que poderiam questionar o carácter filosófico destes textos de Pessoa, põem uma pergunta de atualidade: “Afinal, em que consiste a Filosofia? Em grandes conceitos e sistemas ou em exercícios de pensamentos?” (p. 17).

A Parte I “Filosofia & Heteronímia” (pp. 45-118) recompila a produção textual de Pessoa desdobrado noutros “eus”, outras personalidades pensantes que produzem e assinam reflexões filosóficas. Os heterónimos são personagens fictícias que expressam as suas próprias derivas, projetos, ideias e doutrinas filosóficas.

O primeiro heterónimo é Charles Robert Anon. Assina vários textos. O primeiro, “Identidade do Ser e do Não-ser”, é uma análise filosófica da questão clássica da ontologia sobre o carácter do ser e não-ser. Anon defende a tese de que o puro ser é igual ao puro não-ser. O segundo, “Teoria da percepção”, investiga a relação entre a percepção e o pensamento através da análise dos processos de pensamento envolvidos na percepção dos objetos. O terceiro, “Raciocínio e as suas falácias”, é uma brevíssima nota sobre a contradição conatural ao/no pensamento. O quarto, “Sobre o Livre-arbítrio”, recolhe índices e um fragmento nos quais sublinha o carácter ilusório do conceito, e também facultade, da vontade. O quinto, “Sobre os limites da ciência”, sustém que a investigação empírica se baseia numa ficção e que, por esta razão, não é útil para fundamentar a construção de um sistema filosófico. O sexto, “Plausibilidade de todas as filosofias” está escrito conjuntamente com outra personalidade heteronímica: Horace James Faber. Argumenta a favor do perspetivismo criador e do onirismo teórico. Todas as filosofias são plausíveis porque as perspetivas são múltiplas, igualmente legítimas, e também fundamentadas. Por analogia, a fragmentação do eu também é plausível e a constituição de variadas perspetivas no interior de um mesmo sujeito, correspondentes a diferentes modos de pensar e sentir, pode ser admitida sem género de dúvida algum.

O segundo heterónimo é Alexander Search. É autor de três textos. O primeiro, “Milhares de teorias”, aponta ideias sobre a questão da multiplicidade de filosofias e o pluralismo filosófico criativo de teorias contraditórias entre si. A multiplicidade de pontos de vista sobre mundo, homem, metafísica, abre à criação de uma infinidade de diferentes modos de pensar, ver e sentir o mundo. O segundo, “A natureza interna das faculdades” é uma análise da natureza das faculdades da mente e a sua interação interna. Estabelece e define diferenças entre pensamento, sentimento e volição. O terceiro, “Ensaio sobre a Ideia de causa” explora as ideias que, segundo Schopenhauer, abrange a ideia de causa (ou a causa tomada como princípio): causalidade, excitação, motivação.

O terceiro grupo de heterónimos está composto por A. Moreira e Faustino Antunes. Assinam, em comum, “Ensaio sobre a intuição”. Abordam, em esquema, uma discussão sobre a natureza e constituição da noção filosófica de intuição. Defendem a tese do carácter onírico do conhecimento humano sobre a existência.

O quarto heterónimo é Frederick Wyatt. Sob o título “Fragmentos filosóficos”, descreve um sujeito com competências metafísicas, inapto para a vida real e o raciocínio comum, uma espécie de habitante de espaços oníricos acostumado a postular teorias metafísicas, mas incompetente para argumentá-las.

Com o nome “Fernando Pessoa”, nome próprio ou, talvez, heterónimo hiper-realíssimo, Pessoa publica em 1924 na revista *Athena* um texto com o mesmo título da revista. Discute a divisão da alma em duas partes, a origem e finalidade da arte em contraste com a função da ciência, o simbolismo de Apolo e Atena, e o papel respetivo da sensibilidade e a contemplação.

O sexto heterónimo é Álvaro de Campos. Assina o texto “O que é a metafísica?”, publicado no número 2 da revista *Athena*. É uma réplica ao ensaio “Athena” de Pessoa. Argumenta que a metafísica não é essencialmente uma arte, é uma ciência virtual. O que distingue arte e metafísica é o fim de cada uma destas atividades: o fim da metafísica é conhecer factos, o da arte substituir factos. Contudo, os factos objeto de estudo da metafísica são infundados, ou com fundamentos deficientes, ainda não suficientemente conhecidos. Por esta razão é ciência virtual que, sobretudo, deve ser concebida como atividade artística. A proposta de Campos é fazer entrar à metafísica numa deriva de multiplicação: construir metafísicas variadas, arranjar sistemas do universo coerentes, mas sem os vincular a uma vontade de verdade, ao igual que na arte se descreve e expõe uma emoção interessante sem considerar se corresponde ou não a uma verdade objetiva.

O sétimo heterónimo é António Mora. Escreve os fragmentos recolhidos sob o título “Introdução ao estudo da metafísica”. Sustém que, apesar de que a filosofia nasceu com a aspiração de ser uma ciência em função da sua utilidade com respeito à orientação na vida, ao longo do decurso histórico perdeu esta função. A filosofia, portanto, deve transmutar em arte, isto é, mudar de função: de buscar a verdade para o governo da vida passar a construir sistemas do universo sem outro fim que o de entreter e distrair graças à beleza dos seus sistemas. As filosofias são obras de arte que servem para entreter, ainda que não foram erguidas com essa finalidade.

O oitavo heterónimo é Ricardo Reis. Assina o texto “Fragmentos filosóficos”. Põe o problema da inexistência de uma moral científica, o conflito entre ciência e metafísica, a função da educação na eliminação da religião. Propõe a substituição não violenta da metafísica recreativa, que é religião, por uma instrução científica que cultiva a imparcialidade.

O nono heterónimo é Raphael Baldaya, autor do “Tratado da negação”. O Tratado está dividido em onze teses que dialogam com as tradições da teosofia e filosofia. Desenvolve a ideia de que o mundo está formado por duas ordens de forças: afirmativas (criadoras, emanadas sucessivamente do Único) e negativas (emanadas de além do Único). O papel da ilusão, pensamento, não-ser e ser, matéria, ficam mais claros graças a este sistema construído entre o misticismo e a ontologia de Górgias de Leontinos.

A parte II “Adenda” (pp. 123-142) recolhe três textos. O primeiro, “Excomunhão”, assinado por Charles Robert Anon, contém uma autoapresentação de Anon (entre específica, clínica e filosófica) acompanhada de uma sentença excomunhão de qualquer seita. O segundo, “Ultimatum” de Álvaro de Campos, inclui uma autoafirmação do pensamento livre face aos qualificados “mandarins da Europa” (p. 125) e uma proclamação. A proclamação são três anúncios e as suas explicações filosóficas: “A Lei de Malthus da sensibilidade” (os estímulos da sensibilidade aumentam em progressão geométrica, enquanto que a sensibilidade só em progressão aritmética); “A Necessidade da Adaptação Artificial” (ato de cirurgia sociológica ou transformação violenta da sensibilidade com a finalidade de torná-la apta para acompanhar a progressão dos seus estímulos); “A intervenção cirúrgica anti-cristã” (abolição do dogma da personalidade, do preconceito da individualidade, e do dogma do objetivismo pessoal). Remata com uma apologia do super-homem. O terceiro texto, “Fragmento sobre filosofia e arte” de Ricardo Reis, apresenta a supremacia de duas artes sobre as demais: escultura e poesia.

Com o título “Origem dos textos” (pp. 145-146) os autores assinam uma nota com a origem exata e numerada de cada um dos textos antologiadados: “Os textos recolhidos na presente edição foram transcritos dos documentos originais do espólio de Fernando Pessoa, bem como de publicações que o poeta e pensador português realizou no decurso da sua vida” (p. 145).

Com certeza, a edição e reunião destes textos contribui a salientar o pendor filosófico, metafísico e estético, mas também ético e político, da obra de Fernando Pessoa. Fornecem uns como traços abstratos ou pinceladas gerais da filosofia que, no seu trabalho poético, aparece disseminada e multiplicada em pormenor e em matizes: no Pessoa ortónimo que dialoga com o pensamento esotérico, heterodoxo e ocultista; o Ricardo Reis que incorpora a filosofia clássica greco-latina, nomeadamente o epicurismo e o estoicismo; o Álvaro de Campos que excede as coordenadas filosóficas (designadamente, as futuristas) do “Ultimatum” e tende pontes com o pensamento existencial; etc., etc.

O “Posfácio/Estudo” intitulado “Ser sem eu. Fernando Pessoa e a tradição místico-contemplativa” (pp. 149-189), escrito pelo professor e investigador Paulo Borges, é uma documentada, original e inovadora exploração do “elo de articulação entre autores e textos à primeira vista muito distantes entre si: o poeta-pensador Fernando Pessoa e os representantes da tradição contemplativa universal (designada no Ocidente, na transição do séc. XVI para o XVII, como mística)” (p. 149). O elo é o papel central em ambas as duas da possibilidade de experimentar a ausência ou transcensão do eu.

O primeiro apartado, “Introdução. Fernando Pessoa e a tradição místico-contemplativa”, estabelece o quadro geral prévio (metodológico e conceptual) de relações de convergência e divergência entre a experiência pessoana da ausência ou transcensão do eu e a experiência contemplativa da realidade última que envolve uma dissolução ou desaparecimento do eu. Com certeza há diferenças de forma, conteúdo e contexto entre ambas as duas experiências (por exemplo, a pessoana transcorre em epifanias súbitas vinculadas a uma procura individual de autocognição, independentemente de qualquer tradição, via e prática espiritual ou religiosa metódica, ao contrário que as contemplativas). Contudo, “isto torna ainda, mas destacáveis e relevantes as afinidades entre as referidas experiências, que podem manifestar a potencialidade de um *ser eu* ou *para além do eu* como um universal da experiência humana” (p. 150). Esta capacidade de “*ser sem eu*” (*Idem*), autodescentramento, impulsos transcendentais ou estados de (hiper/não)-consciência, é tematizada de diversas maneiras por Kenneth Rose, Ernst Tugendadt, Já Ken Wilber, Stanislav Grof, Abraham Maslow, maneiras que Borges resume e comenta.

O segundo apartado, “Ausência e transcensão do eu em Fernando Pessoa”, situa mais em concreto a Pessoa no horizonte antedito. Estabelece o vínculo implícito com Antero de Quental, precursor na exploração da possibilidade de uma vida espiritual e mística laica e não religiosa, percebida como pleno desenvolvimento das supremas possibilidades holotrópicas da consciência. Contudo, Pessoa rejeita, ou descarta, o cultivo metódico, disciplinado, regulado, das tradições contemplativas. Prefere a exploração do desassossego estético e poético de viajar por outras formas de imaginar e sonhar eus “que sempre se sabem e abandonam como irrealis, no processo que designou como «outrar»” (p. 153). Acrescenta Borges: “Se a possibilidade de uma experiência radicalmente livre de sujeito afasta Pessoa do pilar fundamental da modernidade e o aproxima de muitas vertentes das tradições contemplativas e místicas, bem como das suas versões laicas e ateias ou agnósticas, o que no entanto singulariza a experiência pessoana é esta experiência de si como não-si não ser um mero ponto de chegada soteriológico, mas antes um cais de partida à aventura da viagem heteronímica por ilimitadas possibilidades de se imaginar ou sonhar, lúcida e criativamente,

numa *outração* múltipla e contínua em que o não-sujeito teatralmente se metamorfoseia em ilimitadas subjetividades ou personalidades fictícias” (p. 157).

O terceiro apartado, “King of Gaps, além-Deus e ultra-Ser: teologia e egologia negativas em Fernando Pessoa”, analisa em detalhe três conjuntos de passagens pessoais. Primeiro, as passagens em que na dissipação do eu-sujeito conspira com a de Deus-objeto num mesmo vazio ou intervalo sem cercados, e a desconstrução mística do objeto-Deus é paralela ao progressivo esvaecimento do eu. A dissolução do humano e do divino delinea uma abertura sem contornos identificáveis, em que rege a superação de toda a ontologização, entificação, reificação e objetivação do transcendente e, talvez, também, do imanente por relação a ele. O segundo conjunto de passagens é o referido ao autodesconhecimento do próprio eu. Centra-se no desaparecimento do sujeito cartesiano presente ante si e para si, possuído *per se* de uma autoevidência e autodomínio inexpugnáveis. O último conjunto examina a qualidade onírica e estranha da vida e da existência, a presunção de que não há um eu que a experiência profunda de si possa confirmar de maneira inequívoca.

O quarto apartado, “A intervenção cirúrgica para remover os fatores de autocentramento e a trans-filosofia multifilosófica”, é uma exposição e interpretação da secção “A intervenção cirúrgica anti-cristiã” do “Ultimatum” da autoria de Álvaro de Campos. A chave hermenêutica é clara: são linhas programáticas de uma transgressão e transcensão do autoconfinamento egológico, ou monopersonalista, por meio da acumulação crescente de personalidades que, numa linha convergente com o pensamento de Agostinho da Silva, pode responder, desde uma filosofia nova, à exuberância fenoménica do real e do possível.

O quinto apartado, “Fernando Pessoa e as tradições contemplativas não-(mono)teístas” desvela pontos de divergência e convergência na descoberta pessoal da ausência do eu, a transcensão da consciência egológica (autocentrada e separadora), e a superação da dualidade sujeito-objeto, com três tradições: hinduísmo, budismo e taoísmo. Em paralelo, o sexto apartado, “Fernando Pessoa e as tradições contemplativas teístas”, pondera as passagens pessoais em que pode existir um campo comum impensado. Judaísmo, cristianismo (nomeadamente o Mestre Eckhart), islamismo (sobretudo o sufi Ibn ‘Arabi), desenham o âmbito inefável de uma autodesposseção que transcende qualquer ontoteologia e ontoegologia.

O último apartado, “Conclusão. Viver sem eu: uma multidimensional mudança de paradigma” deixa claro que, apesar das afinidades de Pessoa com as tradições contemplativas (no atinente ao autodescentramento e desconstrução da autorreferência egológica), há uma grande diferença que persiste: “é que a experiência de ser sem eu, que nas referidas tradições é estável e vivida como uma forma suprema de serenidade e abertura amorosa ao mundo e aos seres, em Pessoa é consideravelmente instável e quase sempre vivida sob o signo de um profundo e ensimesmado desassossego, muitas vezes indiferente e desprovido de amor, o que, à luz dessas mesmas tradições, é um sinal claro de imaturidade e falta de plena realização espiritual” (p. 182). Porém, com independência desta discrepância, a riqueza dos estados alternativos de consciência que revela Pessoa, (trans)porta, segundo Borges, uma potência inédita de pensamento e ação que deve ser investigada, uma mudança de paradigma “na complexa encruzilhada contemporânea” (p. 184) na qual a questão de ser eu, ou não ser eu, aponta a um recurso filosófico fértil e, com certeza, inesgotável.

Eis o valor filosófico, metafísico e marcadamente ético, sublinhado pelo estudo de Borges, inscrito nesta coletânea de textos de Fernando Pessoa. Pois, na sua indagação não apenas se confrontam e dialogam o texto pessoal e a sabedoria e experiência místicas, mas também atravessam e ressoam problemáticas cruciais, nomeadamente as conceções e vivências do eu, do ser-se e o não ser, no pensamento e a cultura morais contemporâneas.